

VALE DE CIDADANIA: UMA EXTENSÃO SOLIDÁRIA NO VALE DO JEQUITINHONHA

*Bárbara Roberto Estanislau
Danielle Patrícia Mendes Lopes
João Marcus Martins
Lânia Mara Silva
Luciana da Silva Oliveira
Maria Aparecida de Oliveira
Maria Clara Pessoa
Tatiana Maria Badaró Baptista*

RESUMO

Serão apresentadas as ações de trabalho e geração de renda desenvolvidas pelo Programa Polos de Cidadania na região do Médio Vale do Jequitinhonha, por meio do Projeto Vale de Cidadania. Para tal, será apresentada a metodologia utilizada bem como relatos de experiências. Serão feitas também algumas considerações sobre os principais avanços, dificuldades, especificidades e desafios da ação extensionista.

PALAVRAS-CHAVE: economia solidária; metodologia de incubação; extensão; Vale do Jequitinhonha.

ABSTRACT

Some actions of work and income's generation developed by Programa Polos de Cidadania in the region of Vale do Jequitinhonha, through Projeto Vale de Cidadania, will be presented. The methodology used as well as stories of experiences will be presented. Also, some conclusions about the advances, difficulties, peculiarities and challenges of the extended action will be made.

KEYWORDS: solidary economy; incubation's methodology; extended; Vale do Jequitinhonha.

A palavra universidade vem do latim “universitate”, que significa universalidade, totalidade, conjunto. Estar no meio acadêmico não deve se resumir ao ensino. Mas deve significar estar inserido em um contexto de totalidade, no qual se expande o conceito de universidade para um local onde, mais que a construção do conhecimento, há a sua pragmatização no meio social. Aliando atividades de ensino, pesquisa e extensão, é criado, em 1995, o Programa Polos de Cidadania da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, com o intuito de promover a inclusão e a emancipação de grupos sociais com histórico de exclusão e trajetória de risco.

As atividades de pesquisa e extensão do Polos são desenvolvidas por graduandos, pós-graduandos e profissionais de diversas áreas do conhecimento, sendo, assim, interdisciplinar. O objetivo que move todos os participantes do Polos é a defesa, promoção e efetividade dos direitos fundamentais e de cidadania por meio da busca pela emancipação de grupos sociais, respeitando sempre suas subjetividades.

Sendo um programa, o Polos agrega projetos de focos diversos que podem ser renovados e recriados, de acordo com demandas de interesse público. Em Belo Horizonte, um dos projetos atua na Vila Acaba Mundo com ações de sustentabilidade e regularização fundiária; o Projeto Saia da Rua tem como objetivo atuar na criação de cooperativas de geração de renda voltadas para mulheres que trabalham e retiram seu sustento das ruas; os núcleos de Mediação e Cidadania trabalham na criação de espaços de diálogo e de mobilização por meio do processo de mediação em comunidades com histórico de exclusão social; a trupe A Torto e a Direito é um grupo de teatro de rua que utiliza a linguagem teatral como forma alternativa de mobilização social; e o projeto Escola que Protege tem como objetivo qualificar professores da rede pública de ensino para compreender e atuar diante das situações de violência sofridas pelos alunos.

Para além da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o Polos atua na região do Médio Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, com o Projeto Vale de Cidadania. Inicialmente, o projeto estruturou ações voltadas para a prevenção da exploração sexual como campanhas de mobilização, apresentações teatrais, distribuição de materiais informativos e constituição de associações voltadas para a geração de renda e inclusão social, por meio da metodologia de incubação de empreendimentos solidários. Foram constituídas duas associações de mulheres e jovens em situação de risco, dedicadas à produção artesanal de costura em patchwork, nas cidades de Medina e Padre Paraíso, e mais dois grupos de produção voltados para mulheres e jovens: uma cozinha comunitária e um grupo de artesanato em cerâmica, na cidade de Ponto dos Volantes.

O presente artigo retoma as atividades de trabalho e geração de renda realizadas pelo Projeto Vale de Cidadania, por meio da descrição da metodologia adotada e de relatos de experiências. O objetivo é demonstrar a importância da ação extensionista para a formação do aluno, identificando os principais avanços e desafios proporcionados pela experiência vivenciada.

Todos os projetos do Programa Polos de Cidadania seguem os referenciais metodológicos da pesquisa-ação e, de acordo com suas temáticas principais, as teorias de Boaventura de Sousa Santos, Jürgen Habermas e Michel Foucault. A partir dessas teorias, as experiências dos projetos também são pontos de partida para que novos pressupostos teóricos sejam postulados, formulando-se subsídios teóricos adequados para a emancipação social de grupos em situação de vulnerabilidade. Nessa perspectiva, os marcos teóricos atuais do Polos são: cidadania, subjetividade² e emancipação³.

A pesquisa-ação, como estratégia metodológica diferenciada, consiste no levantamento sistemático de informações que permitem o constante aperfeiçoamento das ações. Por outro lado, a pesquisa também é enriquecida por dados e impressões provenientes das atividades de campo. Dessa forma, a pesquisa-ação permite a retroalimentação do sistema de atuação para manter como aliadas a pesquisa e a extensão.

Conforme leciona Gustin e Dias, a pesquisa-ação:

(...) favorece a resolução de problemas coletivos, transformações de realidades emergentes e a produção de conhecimento. Sua diferença das demais é que: a) a resolução do problema coletivo em foco é feita solidária e cooperativamente; b) a emergência de novas comunidades, grupos, instituições etc., por intermédio da pesquisa-ação, é duplamente auxiliada: a pesquisa lhe permite conhecimento dos resultados das investigações no campo jurídico e das ações dos pesquisadores, ao mesmo tempo, autoconhecimento de suas condições, possibilitando sua própria autocrítica; a ação (ou atuação) complementa os dados da pesquisa e permite o acesso a conhecimentos necessários à sua própria estruturação e à sua prática. O conhecimento produzido é revertido

em benefício não só da equipe pesquisadora, mas também da equipe participante da situação investigada⁴.

Assim, para a realização dos projetos priorizam-se alternativas metodológicas que aproximem os pesquisadores da realidade em questão, favorecendo a criação de espaços de diálogo e permuta de saberes. A opção por uma articulação interdisciplinar também comprova essa disposição, já que a presença nas equipes de pesquisadores de diferentes áreas, ao disponibilizar uma diversidade de olhares sobre o mesmo fato concreto, permite uma compreensão mais abrangente da realidade.

Uma importante ferramenta metodológica dentro do processo de pesquisa-ação é o diagnóstico participativo. Tal instrumento, que pode ser realizado em momentos diversos do trabalho com os grupos, possibilita ao Projeto Vale de Cidadania o conhecimento do perfil dos grupos produtivos que acompanha no Vale do Jequitinhonha. Ele é participativo por incluir ativamente os envolvidos no processo, não estando, por isso, limitado a uma observação externa e afastada do pesquisador. Assim, os principais procedimentos utilizados são técnicas como: entrevistas formais e informais, observação, escuta, questionários sintéticos, história de vida e levantamentos de interesses, aptidões, habilidades e desejos dos membros do grupo.

Após a aplicação das técnicas, as informações coletadas devem ser sistematizadas para que as percepções e observações dos pesquisadores possam ser socializadas. Em seguida, é realizado um seminário de devolução junto a cada grupo que participou das técnicas. Entende-se que esse momento é fundamental para validar as informações com os participantes do diagnóstico, para que sejam apontadas quaisquer distorções na compreensão. Além disso, a devolução também pode ser aproveitada para interpelar o fazer dos

atores, de modo a fomentar a reflexão sobre seus posicionamentos e ações. É nessa análise coletiva das informações que serão detectados os principais problemas e irão emergir as primeiras soluções, matéria-prima para a construção de um plano de ação.

O Polos também intervém junto a alguns grupos de geração de trabalho e renda tendo em vista os fundamentos da economia solidária. Esta, nas suas mais variadas formas de organização – associativismo, cooperativismo e demais grupos de produção informal – afirma-se como uma alternativa de emancipação econômica e social para os grupos marginalizados. Baseada em um modelo inovador de produção e organização do trabalho, a economia solidária visa associar à atividade econômica a cooperação solidária entre grupos sociais de históricos de vida e heranças culturais semelhantes. A metodologia de incubação de Empreendimentos Econômico Solidários (EES) utilizada pelo Polos, foi desenvolvida em 2001, primordialmente, a partir da experiência da Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Desde então, a partir de sua própria experiência, o Polos tem desenvolvido uma metodologia de incubação de EES baseada em aspectos jurídicos, técnicos, psicossociais, socioculturais e políticos emancipatórios.

A METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO DO PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA

A metodologia de incubação é imprescindível para a compreensão da atuação do Projeto Vale de Cidadania no âmbito da economia solidária. As estratégias de incubação de cooperativas populares podem ser divididas em três etapas.

Na primeira, busca-se a articulação de uma rede mista formada pela so-

cidade civil, organizada em associações comunitárias ou representada por lideranças reconhecidas e o governo local, com o objetivo de criar parcerias e alavancar apoiadores. Reuniões periódicas devem ser realizadas entre os membros dos grupos incubados e a rede de parceiros apoiadores. Nessa fase, objetiva-se estabelecer vínculos de solidariedade e cooperação que permaneçam até depois da incubação.

A segunda etapa é antecedida por um diagnóstico que ajudará a compor o quadro da realidade social, econômica e cultural local. A isso se segue um processo de valorização das afinidades existentes entre os membros do grupo em acompanhamento, a fim de construir uma identidade coletiva que, além de contribuir para a solidez e estabilidade do grupo, deve permitir uma discussão e revisão contínuas dos objetivos conjuntos.

É função das capacitações teóricas, técnicas e administrativas, nessa fase, discutir questões relativas ao cooperativismo e associativismo, garantir a qualidade e a competitividade dos produtos no mercado e preparar os grupos para a autogestão. Esses conhecimentos devem ser ministrados como um pressuposto da emancipação dos grupos e da consolidação do empreendimento solidário como uma alternativa econômica rentável.

Nessa etapa também é elaborado um plano de negócios que deve contemplar desde estratégias de comercialização dos produtos até a determinação do quê, quanto, como e de que forma os produtos deverão ser produzidos, além do marketing dos produtos. Em regra, esse plano é elaborado por profissionais qualificados, mas com ampla participação dos grupos incubados, que têm a prerrogativa de aprová-lo ou não.

Os estatutos são, então, elaborados e as associações e cooperativas legalizadas. Apesar da formalização e registro serem considerados momen-

tos finais da metodologia de incubação, a discussão quanto às disposições estatutárias é feita ao longo de todo o processo, sendo indispensável à participação do grupo. Por fim, a desincubação ocorre quando for notório o preparo do grupo para dar andamento às suas atividades sem o acompanhamento direto e constante do Polos, sem, contudo, transigir do apoio da rede de parceiros.

A terceira etapa compreende processos de promoção de inclusão dos atores envolvidos em políticas públicas como as de saúde, de educação e de assistência social, buscando a formação integral dos associados.

Nesse sentido, utilizando-se de tais procedimentos, o Projeto Vale de Cidadania busca uma atuação que estimule e apoie esses EES, desenvolvendo um trabalho de incubação desses grupos, ou seja, de acompanhamento e gestão de suas atividades, até que sejam capazes de atuar de forma independente e emancipada. Busca-se com isso garantir o acesso a direitos fundamentais e o exercício da cidadania.

É importante destacar que a metodologia do Programa Polos de Cidadania propicia a complementação da formação dos estudantes universitários com atividades de pesquisa e extensão. Entende-se que a extensão universitária é fundamental para que se questione o papel do conhecimento acadêmico para além dos muros da universidade. Além disso, a atividade de campo permite aos estudantes lidar com as dificuldades de adequação da teoria à prática, assim como compreender a dicotomia existente entre o pensamento acadêmico teórico e as situações fáticas por ele não previstas.

Os estudantes extensionistas, ao confrontarem de maneira direta a realidade externa, tornam-se mais conscientes da complexidade social. O modelo interdisciplinar de investigação e o contato com outras comunidades que não a comunidade

acadêmica são alguns dos fatores responsáveis por essa visão panorâmica da realidade. Dessa forma, a extensão tem um papel fundamental tanto na preparação dos estudantes universitários para o enfrentamento das grandes questões sociais quanto no atendimento das demandas urgentes das comunidades carentes que anseiam pela realização de seus direitos fundamentais.

VALE DE CIDADANIA: EFETIVANDO UMA PRÁXIS

No Vale de Cidadania, as metodologias apresentadas são constantemente aplicadas no trabalho com quatro grupos de mulheres, situados no Médio Vale do Jequitinhonha, região que enfrenta sérios problemas de escassez de recursos e de alta vulnerabilidade social da maioria de sua população. O trabalho desenvolve os princípios do associativismo, buscando a solidariedade entre as mulheres integrantes dos grupos. Dentre outros, um dos objetivos dessa ação é a conquista de melhores condições de vida em uma região em que isso é constantemente dificultado. Em Padre Paraíso e em Medina, o trabalho se baseia na produção por meio da costura e do bordado. Já em Ponto dos Volantes, um dos grupos trabalha com artesanato em cerâmica e o outro constitui uma cozinha comunitária. Ao prestar colaborações teóricas e práticas como acompanhamentos jurídico, financeiro e administrativo, capacitações técnicas e suporte no planejamento dos empreendimentos solidários, o Vale de Cidadania preocupa-se sempre em criar as condições necessárias para que esses grupos de produção construam e se apoderem dos conhecimentos e desenvolvam suas capacidades de atuar de forma autônoma e emancipada.

A metodologia se alia à prática de modo a orientá-la e torná-la eficien-

te. A pesquisa-ação faz com que o trabalho do extensionista seja também um trabalho da comunidade, que se conhece e se emancipa. A ação do estudante em extensão torna-se resultado para a comunidade. A pesquisa-ação, baseada em uma troca entre extensionistas e população local, ou seja, entre conhecimento acadêmico e senso comum, percebe os grupos não como um campo de estudos para as diversas áreas envolvidas, mas como colaboradores e personagens no processo de mudança social. Assim, a partir das teorias da pesquisa-ação, há uma renovação do conhecimento possuído pela comunidade e pelos extensionistas, além de uma autotransformação de ambos e de uma alteração da realidade de forma crítica e conjunta. A ação, nesse caso, não depende de um conhecimento apenas, nem da disposição para agir de um, mas do conjunto dos conhecimentos e da mobilização de todos os envolvidos: mulheres membros das associações, parceiros locais, pesquisadores e acadêmicos.

Os grupos e associações só desenvolvem seu trabalho a partir do momento em que as mulheres utilizam seus conhecimentos e desejos em mutualismo com os dos extensionistas. Estes, da mesma forma, também buscam os saberes dessas mulheres para alcançarem os objetivos do Polos. Assim, são criados espaços de diálogo e de tradução entre saberes (SANTOS, 2002) com os atores envolvidos. Isso é importante e foi verificado com a realização de um diagnóstico participativo com duas associações do Vale do Jequitinhonha (de Padre Paraíso e de Medina). Esse diagnóstico permitiu o conhecimento profundo sobre o universo social, político e econômico em que essas mulheres estão inseridas. Acredita-se que apenas dessa forma pode-se agir de maneira mais eficaz e condizente com a realidade e as demandas dessas mulheres. O diag-

nóstico, como o próprio nome sugere, ocorreu de forma participativa, ou seja, foi realizado em conjunto e de maneira ativa pelas próprias mulheres. Assim, essa construção conjunta auxilia no trabalho e nas pesquisas dos estudantes e técnicos, bem como provoca a reflexão e a mobilização nas associadas que participaram do processo. Conclui-se que a ação e que qualquer construção só são possíveis em estreita colaboração entre as partes envolvidas, em que ambas ganhem com os resultados.

Como já visto, a economia solidária com suas bases de sustentabilidade e não essencialmente mercadológica, com a oferta de alternativas às consequências sociais negativas provocadas pelo sistema capitalista, se aplica perfeitamente aos grupos do Vale do Jequitinhonha. Isso ocorre na medida em que o trabalho destes se estrutura em produção que visa geração de renda, uma fonte para garantir condições de vida dignas à população. Os grupos acompanhados pelo Polos buscam a produção de meios de sobrevivência de forma solidária, estreitando o capital social⁵ na comunidade. Isso significa que os objetivos não são individuais, mas coletivos, contrários aos da concepção da economia de mercado. Percebe-se que enquanto as teorias e a metodologia são aplicadas pelos extensionistas, também ocorre uma apropriação delas pelas participantes dos grupos que as utilizam de acordo com o contexto em que estão inseridas.

A relação entre metodologia e prática também se apresenta quando os extensionistas se utilizam dos conhecimentos apreendidos durante a sua formação acadêmica para interpretar, analisar, questionar e (re) significar a realidade trabalhada. As mulheres envolvidas entram em contato com esses conhecimentos e os ajustam aos conhecimentos já possuídos, apropriando-se também dos resultados oferecidos para entender

e refletir sobre a realidade da qual fazem parte.

Um dos resultados esperados e observados junto aos grupos, no processo de busca pela emancipação, foi a transformação nas relações pessoais e sociais. O trabalho em grupos de economia solidária trouxe novas perspectivas de vida, de realização pessoal e profissional para os envolvidos, que se reflete numa relação mais positiva consigo e com a região e uma atitude menos temerosa e submissa em relação à sociedade e às instituições. Entretanto, o processo de empoderamento é lento e complexo, mais ainda se considerarmos o histórico e o contexto social local, de modo que os novos valores ainda não se encontram totalmente consolidados. Ainda assim, percebe-se entre os participantes dos grupos uma contínua e substancial alteração em seus comportamentos e ações.

No início da atuação, era grande a dificuldade dos envolvidos em assumir responsabilidades e atuar de forma independente. Todavia, essa situação é compreensível, uma vez que transformações que levam à autonomia exigem mudanças nas práticas cotidianas e sociais bastante arraigadas. Hoje, esse desafio é enfrentado, ainda que timidamente, quando os membros dos grupos conseguem estabelecer estratégias para atingir determinados fins, ou quando se dispõem a discutir as dificuldades e o melhor modo de superá-las. Quanto às relações de trabalho é notória a crescente horizontalidade nas mesmas. As integrantes dos grupos têm conhecimento de que a ajuda mútua é a melhor forma de socializar os conhecimentos e que essa prática beneficia o grupo e o faz mais forte. Além disso, a conscientização de que é possível trabalhar em forma de autogestão tem lançado suas raízes a partir da atitude da equipe que, embora acompanhe e dê suporte aos grupos, não toma decisões por eles, apenas apresenta as possibilidades,

os novos caminhos, esclarecendo como foi possível chegar a essas informações.

Elementos para construção da autonomia, do autorrespeito, da autoestima e da consciência cidadã, trabalhados em todo o Polos, são princípios e valores que regem também os empreendimentos de uma economia solidária, sendo inseridos já nas primeiras discussões e reuniões. O monitoramento do progresso desses valores junto aos grupos e às associações acompanhadas é uma das tarefas da equipe, e a manifestação desse progresso é apontada nos relatórios de viagens que são discutidos e analisados pela mesma. O aprimoramento das relações e dos produtos a partir das experiências vividas, das discussões e deduções, é considerado como manifestação de empoderamento das exposições e interação com o Projeto e tem sido percebido no aumento da qualidade do artesanato produzido pelos grupos e das discussões. A conscientização da importância da qualidade e adequação do produto é uma grande vitória, posto que, alguns dos fracassos nas organizações cooperativas ocorrem não somente pela ausência de espírito cooperativo, mas também pela falta de uma visão estética e empresarial. O Polos, a partir das demandas, colabora com as capacitações técnicas para o aperfeiçoamento da produção, incentivando as participantes dos grupos a buscarem novas formas de inserção no mercado, como as parcerias.

No entanto, essa relação entre metodologia (teoria) e prática, extensão e vivência, também se depara com inúmeras ambiguidades e dificuldades. Uma destas é a diferença entre a linguagem dos estudos e a falada pelas comunidades. Como não há total conhecimento dos termos das linguagens utilizadas pelas associadas, muitas interpretações tornam-se falhas. Assim, é preciso entender a linguagem em seu contexto e

considerá-la como o campo que o extensionista deve aproveitar para trabalhar a realidade social.

Falar de indicialidade⁶ significa igualmente que o sentido é sempre local e não tem generalização possível, contrariamente ao que nos desejariam fazer crer as ciências antropossociais. Isto quer dizer que uma palavra, por suas condições de enunciação, uma instituição, por suas condições de existência, só podem ser analisadas tomando em conta as suas situações⁷.

Isso demonstra e caracteriza o choque de realidades, com o surgimento de conceitos diferentes que muitas vezes são incompatíveis com os conceitos dos extensionistas. Um exemplo é o conceito de pobreza que pode ser interpretado e significado de várias formas diferentes do conceito vigente no meio acadêmico. Para a maioria das mulheres que participam dos grupos, a noção de pobreza está relacionada à falta de trabalho, contrária à noção acadêmica de pobreza como falta de recursos financeiros e escassez de patrimônios. Outros conceitos como trabalho, família, lazer, apresentaram-se diferentes dos pensados pelos extensionistas de acordo com a realidade em que vivem. Dessa forma, torna-se fundamental não comparar e classificar as diferentes realidades, mas entendê-las como diferentes maneiras de significar o mundo, maneiras essas compatíveis com os contextos em que os atores estão inseridos.

A metodologia muitas vezes também não abrange conflitos, perdas e problemas sociais específicos. Com relação aos conflitos, pode-se dizer que a maioria dos planos teóricos de trabalho se esquece de atentar para o fato de que o trabalho com indivíduos é inexacto, pois cada pessoa possui suas particularidades, diferentes das de outras pessoas. Muitas vezes, surgiram conflitos entre as integrantes dos grupos, entre estas e algum ator social que prejudicaram

os trabalhos realizados e os objetivos intentados. Da mesma forma, alguns problemas sociais, como a escassez de recursos financeiros por parte das mulheres dos grupos e a baixa renda gerada por estes, dificultam o trabalho em processo, uma vez que é motivo para evasão de muitas delas. Porém, algumas das próprias associadas já conseguem vislumbrar possibilidades de enfrentamento dessa problemática ampliando a geração de renda por meio do incremento da divulgação dos produtos, visibilidade do trabalho do grupo e aumento dos pontos de venda.

A instabilidade das parcerias e dos apoiadores locais, na maioria das vezes envolvidos com a política local, também prejudica em alguma medida o trabalho a ser realizado, já que a cada novo período eleitoral as parcerias, principalmente as institucionais, ficam abaladas e recalci-trantes.

Assim, diante desse quadro instável e heterogêneo, torna-se necessário e fundamental o trabalho com métodos capazes de se transformarem à medida que a realidade impõe mudanças e novos desafios, continuando, pois, com a busca e efetivação permanente, de uma metodologia dialógica, construída e apropriada por todos os envolvidos para a ação verdadeiramente transformadora e a produção de conhecimentos.

Se busca entonces construir una metodología dialógica, dinámica y transformadora que incorpore la comunidad a su "auto-estudio" (...) logrando, así una forma de intervención y de estudio que responda a los intereses de la gente a la cual se suponen destinados sus beneficios⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação transdisciplinar e interinstitucional do Projeto Vale de Cidadania transforma os agentes das relações estabelecidas em multiplicadores por meio de uma metodolo-

gia em que os agentes acadêmicos não estabelecem uma relação vertical com a comunidade, antes trocam e multiplicam conhecimentos. Com os objetivos de aprender, ensinar, acompanhar e contribuir, junto a esses grupos sociais, produz-se um processo de emancipação não apenas destes, mas também dos técnicos e alunos extensionistas que obtêm uma formação profissional verdadeiramente cidadã.

As ações praticadas in loco são sempre precedidas de planos de ação fruto de discussões da equipe a partir dos objetivos perseguidos, das manifestações dos associados, das disponibilidades institucionais e dos recursos (humanos e financeiros), bem como do tempo previsto de permanência, capacidade, disponibilidade, motivação dos envolvidos para desenvolver e executar as atividades planejadas. Os extensionistas,

então, são colocados diante de um quadro global formado por dados e conhecimentos formais e informais, familiares ou não à sua atuação e envolvidos em discussões estratégicas com as comunidades. O resultado das ações e dos procedimentos escolhidos pode ser acompanhado gerando nesses acadêmicos a consciência da responsabilidade social.

Os estudos transdisciplinares acrescentam ganhos importantes, pois são compostos por interpretações específicas, que configuram um quadro contextual amplo e global dos eventos e apresentam sugestões múltiplas para as dificuldades que sucedem. É essa visão geral que permite críticas sob perspectivas diversas, incluindo a dos próprios envolvidos e suas comunidades, ampliando a discussão e a construção coletiva de soluções.

Diante disso, a extensão universitária

configura-se como um processo de produção de conhecimento por meio de troca de saberes – tanto entre os membros da equipe de trabalho quanto entre tal equipe e as comunidades – com o objetivo de superar problemas sociais. Assim a universidade tem a oportunidade de efetivar a práxis ao mesmo tempo em que a sociedade se aproxima, discute e também se apropria do conhecimento acadêmico.

Acreditamos que num mundo que se apresenta a cada dia mais complexo e diverso, havemos de aprender a interagir com concepções múltiplas, muitas vezes, distantes do nosso próprio universo. Ter a oportunidade de vivenciar e construir práticas extensionistas orientadas é uma forma de a universidade cumprir sua missão social e uma maneira de se renovar tendo em vista um mundo que se transforma a passos largos.

Notas

¹ Cidadania é a democratização de relações para sustentação da diversidade étnica, religiosa, de gênero, socioeconômica ou de qualquer outro tipo. A cidadania pode ser construída e realizada em espaços domésticos, produtivos e político-comunitários. Os pressupostos de democratização são: a) desocultação de todas as formas de opressão; b) resgate do “princípio de comunidade” a partir da organização e da participação; c) relações horizontalizadas e coextensivas entre os variados indivíduos e grupos que compõem a comunidade; d) estímulo ao desenvolvimento de competências individuais, interpessoais e coletivas por meio da estruturação a partir de formas político-jurídicas.

² A subjetividade é a capacidade de autocompreensão e de responsabilidade do indivíduo, que demonstre competência criativa que permita a expressão de uma personalidade autônoma e crítica frente aos grupos sociais.

³ Entende-se por emancipação a capacidade de permanente reavaliação ou rompimento com as estruturas opressoras (sociais, políticas, culturais e econômicas), com o propósito de ampliação das condições jurídico-democráticas de sua comunidade e de aprofundamento da organização e do associativismo. Emancipar-se é garantir a efetivação das lutas democráticas que se iniciam na própria comunidade para sua inclusão efetiva no contexto social mais abrangente.

⁴ GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. (Re)Pensando a Pesquisa Jurídica. 2. ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 252.

⁵ Capital social pode ser definido como o conjunto de normas, instituições e organizações que promovem a confiança e a cooperação entre as pessoas, as comunidades e a sociedade em seu conjunto. E, assim como os bens materiais e os meios de produção, o capital social não está igualmente distribuído na sociedade, sendo que uma das causas da pobreza mais extrema é justamente a destruição ou perda de redes de apoio das pessoas e das famílias.

⁶ Neste caso, ele trata da indicialidade da linguagem, isto é, a aplicação e análise da linguagem em relação com o contexto em que é utilizada.

⁷ COULON, Alain. *Etnometodologia*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995a, p. 37.

⁸ MONTERO, Maritza. El paradigma de la psicología comunitária y su fundamentación ética y relacional. In: MONTERO, M. *Introducción a la Psicología Comunitária*. Desarrollo, conceptos y procesos. Paidós: Barcelona, 2004, p. 99.

REFERÊNCIAS

COULON, Alain. *Etnometodologia*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995a.

GARFINKEL, Harold. *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1957.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. *(Re)Pensando a Pesquisa Jurídica*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 52.

MONTERO, Maritza. El paradigma de la psicología comunitária y su fundamentación ética y relacional. In: MONTERO, M. *Introducción a la Psicología Comunitária*. De-sarrollo, conceptos y procesos. Paidós: Barcelona, 2004, p. 89-114.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Universidade de Coimbra, n. 63, 2002, p. 237-280.

WEITZMAN, Rodica. *Educação Popular em Segurança Alimentar e Nutricional: uma metodologia de formação com enfoque de gênero*. Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 2008, p. 20-37.

O Polos – Marco Teórico e Metodologia. Disponível em: <<http://www.polos.ufmg.br/>>. Acessado em: 13/05/2009.

Bárbara Roberto Estanislau é aluna do 3o período de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e estagiária voluntária do projeto.

Danielle Patrícia Mendes Lopes é aluna do 5o período de Design Gráfico (UFMG) e bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig).

João Marcus Martins é aluno do 4o período de Direito (UFMG), bolsista pela Fapemig.

Lânia Mara Silva é aluna do 3o período de Ciências Sociais (UFMG), bolsista pela Fundação Guimarães Rosa.

Luciana da Silva Oliveira é graduada em Psicologia (UFMG), bolsista pela Fapemig.

Maria Aparecida de Oliveira é aluna do 6o período de Direito (UFMG), bolsista pela Proex.

Maria Clara Pessoa é bacharel em Direito (UFMG), bolsista pela Fapemig.

Tatiana Maria Badaró Baptista é aluna do 3o terceiro período de Direito (UFMG) e estagiária voluntária.